



ACÓRDÃO Nº 702/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 11089/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Câmara Municipal de Atalaia do Norte.

4- Exercício: 2013.

5- Responsáveis: Sr. Rafael Perez Quirino, Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte.

6- Unidade Técnica: DICAMI – Informação Conclusiva nº 416/2015 (fls. 202/203).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1374/2015-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 204/207).

8- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Atalaia do Norte. Exercício 2013.

Contas Irregulares. Multa. Prazo. Autorização de inscrição na Dívida Ativa. Notificação ao interessado.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 3º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1- Julgar Irregulares as Contas Anuais da Câmara Municipal de Atalaia do Norte, referente ao exercício de 2013, tendo como responsável o Sr. Rafael Perez Quirino, Presidente à época, nos termos do art. 1º, II e art. 22, III, “b”, da Lei nº 2.423/96, c/c art. 5º, II e art. 188, § 1º, III, “b”, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM,

9.2- Aplicar multa ao Sr. Rafael Perez Quirino, Presidente e ordenador de despesas à época, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), nos termos do art. 308, III, da Resolução TCE nº 04/2002, diante do julgamento pela irregularidade das contas sem dano ao erário, fundamentados nas restrições alinhadas nos itens 8.1, 8.2, 8.3, 8.4 do Relatório/Voto;

9.3- Fixar prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com a devida comprovação perante a este Tribunal, nos termos dos arts. 72, III, da Lei nº 2.423/96. Expirado prazo estabelecido, o valor da multa deverá ser atualizado monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, § 3º da Resolução nº 04/2002-TCE/AM), autorizando desde já a inscrição da penalidade na dívida ativa e a instauração da cobrança executiva em caso de não-recolhimento do valor da condenação, ex vi do art. 173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;

9.4- Notificar o Sr. Rafael Perez Quirino, Presidente da Câmara Municipal de Atalaia do Norte e ordenador de despesas do órgão à época, com cópia do Relatório/Voto e Acórdão para ter ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso.

10- Ata: 33ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 02 de setembro de 2015.

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,
Edição nº _____
De ____/____/____



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

ACÓRDÃO Nº 702/2015 – TCE –TRIBUNAL PLENO

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Relatora

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral